



## Tutoria e Interação em Educação a Distância

- Moodle
- Web 2.0
- Redes Sociais
- YouTube
- Facebook
- Twitter
- Games
- Mundos Virtuais

O segundo capítulo, Interação e Interatividade, apresenta o estado da arte sobre o tema, apontando para diferentes tipos de interação em ambientes virtuais.

O terceiro capítulo, Docência em EaD, sugere a atuação do professor em EaD como autor, designer instrucional, produtor de material didático e remixador de conteúdo.

O quarto capítulo discute Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), como o Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle) e diversas plataformas da Web 2.0, e redes sociais, como Twitter, Facebook, YouTube e Skype, e seus usos em educação.

O quinto capítulo, Atividades Síncronas e Assíncronas, explora atividades que o professor pode utilizar em EaD, como chats, fóruns, wikis etc., usando quase sempre o Moodle como referência.

O sexto capítulo, Avaliação, explora a avaliação dos alunos e de cursos de EaD, tanto formativa quanto somativa.

O sétimo capítulo, Formação Continuada de Professores, apresenta um case em que as várias ideias discutidas no livro foram colocadas em prática.

Após a Conclusão do livro, você encontrará o Glossário com algumas palavras ou expressões utilizadas no livro e, em seguida, a Bibliografia.

Todas as traduções de citações originais de outras línguas foram feitas pelo autor, evitamos assim utilizar as indicações “Tradução do Autor”, “O Autor” etc.

Espero que a leitura seja prazerosa, que o leve a refletir sobre sua prática e que você possa aproveitar várias ideias, dicas e orientações para aperfeiçoar sua atuação em EaD. Ou, se você não atua na área, que termine a viagem compreendendo várias questões importantes que fazem parte desse universo tão complexo e maravilhoso.



## Tutor é Professor

### Tutor é professor?

Bruno e Lemgruber (2009, p. 6, grifo nosso) apontam dois documentos legais que ressaltam o entendimento do tutor como professor:

“§ Único. Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial implica na existência de **docentes** qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.” (Art. 2º da Portaria nº 4.059/2004)

“O quadro técnico e pedagógico para o funcionamento de cursos e programas a distância autorizados” explicita que a função de tutoria terá que ser exercida por “**professores**”. (Deliberação CEE-RJ nº 297/2006)

Embora menos claro, mas mais recentemente o reconhecimento do tutor como professor pode ser observado em um documento do MEC (BRASIL, 2009a, p. 8, grifo nosso) na referência à formação exigida do tutor:

Tutor: profissional selecionado pelas IPES [Instituições Públicas de Ensino Superior] vinculadas ao Sistema UAB [Universidade Aberta do Brasil] para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e **experiência mínima**

de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação.

Apesar da mensagem desses e de outros documentos, a atividade de tutoria é encarada por muitos de maneira pejorativa, como um rebaixamento da função docente.

A escolha do termo é infeliz. Em linguagem jurídica, *tutor* é aquele que exerce tutela, ou seja, proteção de alguém mais frágil; aquele que vela, na vida civil, por um menor, interdito ou desaparecido, administrando seus bens. O tutor é nomeado por um juiz para tomar decisões em nome de uma pessoa que é considerada incapaz de fazê-lo por si própria. Certamente, não são esses os personagens de que precisamos na educação no Brasil.

Nesse sentido, alguns autores defendem a superação do termo para definir a função docente na Educação a Distância (EaD). Silva (2006a) utiliza *professorar*, que é inclusive dicionarizado com o sentido de trabalhar como professor. Para Bruno e Lemgruber (2009, p. 7), a nomenclatura deveria ser descartada ou reconceituada:

Estamos, intencionalmente, utilizando o termo professor-tutor por considerarmos que o tutor a distância é também um docente e não simplesmente um animador ou monitor neste processo, e muito menos um repassador de pacotes instrucionais. Este profissional, como mediador pedagógico do processo de ensino e de aprendizagem, é aquele que também assume a docência e, portanto, deve ter plenas condições de mediar conteúdos e intervir para a aprendizagem. Por isso, na prática, o professor-tutor é um docente que deve possuir domínio, tanto tecnológico quanto didático, de conteúdo.

[...]

[não se justifica] a denominação de tutoria, que descaracteriza a função docente para profissionais que assumem a mediação pedagógica.

O tutor, na verdade, realiza inúmeras funções docentes, o que pode ser observado nas definições de suas atribuições na Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo MEC (BRASIL, 2009b, p. 3-4):

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Levando em consideração um cenário diferente da UAB, Bonk e Dennen (2003) ressaltam que o tutor desempenha diferentes papéis simultaneamente.

Em primeiro lugar, ele organiza a classe virtual, definindo o calendário e os objetivos do curso, dividindo grupos e deixando claras as expectativas em relação aos alunos, principalmente no sentido da interação esperada. A função do tutor é também acompanhar o aprendizado dos alunos e coordenar o tempo para o acesso ao material e a realização de atividades. Nesse sentido, o tutor desempenha um **papel administrativo e organizacional**.

O tutor é responsável pelo contato inicial com a turma: provoca a apresentação dos alunos e inclusive lida com os mais tímidos, que não se expõem com facilidade em um ambiente virtual; envia mensagens de agradecimento; fornece a eles feedback rápido; mantém um tom amigável. O tutor é responsável por gerar um senso de comunidade na turma que conduz e, por isso, deve

ter um elevado grau de inteligência interpessoal. Nesse sentido, ele desempenha um **papel social**.

O tutor tem também um **papel pedagógico e intelectual**, que envolve elaborar atividades, incentivar a pesquisa, fazer perguntas, avaliar respostas, relacionar comentários discrepantes, coordenar as discussões, sintetizar seus pontos principais e desenvolver o clima intelectual geral do curso, encorajando a construção do conhecimento.

O tutor deve auxiliar os alunos na interpretação do material visual e multimídia, pois muitas vezes os alunos não possuem essa capacidade e isso pode prejudicar o andamento do curso. Nesse caso, ele desempenha um **papel tecnológico**.

Por fim, o tutor deve avaliar as atividades desenvolvidas pelos alunos no curso.

Naturalmente, as exigências para com o tutor são enormes, incluindo a capacidade para exercer todas essas funções e desempenhar todos esses papéis. Na prática, ele encontra naturalmente dificuldades para cumprir todas essas atribuições.

Orientado pela professora Ana Beatriz Gomes de Carvalho na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), José Severino de Silva vem estudando esse desencontro entre nossas expectativas e a prática da tutoria em sua pesquisa de mestrado, “A ação docente na EaD: a mediação do tutor entre o discurso e a prática”. Sua conclusão parcial é que as ações dos docentes chegam inclusive a extrapolar as atribuições dos documentos legais. Nesse sentido, segundo Bruno e Lemgruber (2009, p. 2-3), é possível falar em precarização do trabalho docente na EaD, em função de tanto peso depositado sobre o trabalho do tutor, que ainda por cima não é reconhecido como professor:

É notável, sem dúvida, certa perversidade no tocante a essa pluralidade na docência, pois denota tanto a diluição do papel e da função do professor, quanto pode promover a desprofissionalização docente, na medida em que suas ações são retalhadas, fragmentadas e com elas todo o processo de ensino e de aprendizagem.

Para os irmãos Tractenberg (2007, p. 4), há hoje uma “condição cada vez mais comum de precarização do trabalho docente junto às instituições de ensino, que o transformam em mão de obra barata, contingenciável e substituível, desprovida de direitos e de possibilidades de participação na concepção e planejamento do seu próprio trabalho”.

Na visão de Dirr (2003), com a EaD, o ofício do professor estaria sendo fragmentado em uma série discreta de tarefas que passam a ser realizadas por diferentes pessoas. Uma maneira de quebrar a função pedagógica do professor seria justamente retalhar o processo de educação em componentes, como: desenvolvimento de currículo, desenvolvimento de conteúdo, entrega da informação, mediação e tutoria, serviços de suporte aos estudantes, administração e avaliação. Isso resultaria na des-montagem, des-integração e des-especialização da profissão de professor.

Outra questão que reforça o rebaixamento do trabalho docente é a remuneração extremamente baixa que um tutor recebe, por exemplo, na UAB, em comparação à remuneração de professores presenciais na mesma IPE, além de essa remuneração se caracterizar como bolsa de duração limitada, o que não promove vinculação entre o tutor e a instituição. Essa não institucionalização do trabalho docente caracteriza o trabalho dos tutores na UAB, contratados em regime precário para desempenhar o papel de professor, descrito em resoluções que, para Lapa e Pretto (2010, p. 91):

enquadram esses profissionais como bolsistas, não lhes dando nem mesmo o direito a declaração de trabalho mencionando a função “professor”, evitando com isso a consolidação de vínculos empregatícios e a sua inserção na categoria simbólica de profissionais da educação. Em síntese, nessas condições, o que se tem é uma enorme precarização do trabalho docente, que se desdobra, na prática, entre outras coisas, por meio da baixa remuneração, que acaba por excluir profissionais qualificados, e da falta de reconhecimento profissional.

Afinal de contas, por que o tutor ganha menos de 10% que um professor presencial na mesma instituição pública de ensino?

Algumas possíveis respostas: (a) porque a EaD vale menos de 10% que a educação presencial, como modalidade de ensino; (b) porque se acredita que EaD seja sinônimo de “tô aqui o conteúdo e se vira sozinho”; (c) porque se acredita que o que vale na educação é o conteúdo, não a mediação pedagógica; (d) porque para o governo interessam primordialmente números e estatísticas, para mostrar que milhares de professores estão sendo formados no país, e não exatamente qualidade.

É possível supor que o tutor tenha sido desenhado em posição tão inferior na hierarquia docente no projeto da UAB (abaixo de supervisores, conteudistas e professores-pesquisadores) porque se concebeu um aluno com autonomia suficiente para estudar sozinho, precisando apenas de um bom conteúdo e um monitor, o que caracteriza o modelo “conteúdo + suporte”. Mas autonomia não é sinônimo de “não quero professor”. Chega a ser surrealista a concepção de um modelo nacional de formação de professores sem que no projeto pedagógico exista a figura do professor, exercendo a docência. Como será possível direcionar o país no caminho da formação de professores sem professores?

Como resistência a essa precarização, cabe registrar o que relatam os irmãos Tractenberg (2007, p. 4, grifo dos autores) sobre o desenvolvimento do fenômeno da docência on-line independente:

No limite, a figura do docente independente opõe-se à do professor-horista, “proletário” subordinado à instituição de ensino, que não é chamado a participar da elaboração do projeto pedagógico dos cursos, não decide sobre seus conteúdos, materiais didáticos, atividades e formas de avaliação, e cuja função é simplesmente a de executar o que foi determinado no “programa curricular”.

Para os irmãos Tractenberg (2006; 2007), o docente on-line independente é independente de uma instituição educacional reguladora e intermediadora dos serviços educacionais que ele presta. É um empreendedor, um profissional autônomo que pode viver de seu próprio trabalho e não precisa ser contratado por uma instituição educacional e se submeter a regras, currículos

ou procedimentos. Uma condição comum, hoje, aos tutores de cursos de EaD é a baixíssima participação e controle sobre o programa que já foi predefinido pela instituição. Para os irmãos Tractenberg (2007, p. 4), o docente on-line independente, ao contrário, tem “autonomia na autoria do projeto pedagógico e no controle dos meios de desenvolvimento, divulgação, gestão, implementação e avaliação dos seus cursos, bem como a fruição integral dos proventos financeiros gerados”.

Com a redução de custos, difusão social e maior facilidade no uso de tecnologias da comunicação e da informação, as barreiras tecnológicas para os docentes on-line independentes tendem a diminuir. Por consequência, a docência on-line independente tende a constituir um movimento significativo de reação contra a precarização do trabalho docente em EaD.

**Tutor é professor** é o nome de um movimento que ganha força em nosso país no momento em que este livro está sendo escrito. Ele já tem uma conta no Twitter (@tutoreprof) e duas propostas voluntárias de logotipo:



Figura 1: Tutor é professor.

Fonte: Desenvolvido por X-Orion.

**TUTOR = PROFESSOR**  
MOVIMENTO DE UNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO

**TUTOR = PROFESSOR**  
MOVIMENTO DE UNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO

**TUTOR = PROFESSOR**

**Figura 2:** Tutor é professor (movimento de unificação da profissão).

Fonte: Desenvolvido pela Gestão Ativa.

O documento a seguir resume as preocupações e propostas do movimento.

### Tutor é Professor: Carta de João Pessoa

Este documento é produto dos debates que ocorreram no Encontro de Professores de EaD realizado em João Pessoa durante o 8º Senaed – Seminário Nacional ABED de Educação a Distância, em 28 e 29 de Abril de 2011, e organizado pela ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância.

Um dos pressupostos que fundamenta este documento é que o exercício da docência, independente de ser presencial ou a distância, está inserido nos princípios da educação, segundo a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96.

Nesse sentido, o documento expressa as inquietações de um movimento nacional que vem se desenvolvendo há anos, agora denominado “Tutor é Professor”.

A precarização do trabalho docente em EaD a que assistimos no país está subordinada a projetos político-pedagógicos que proletarizam a função do professor, caracterizando-o como tutor.

Em nossos debates houve consenso em relação aos problemas da docência na UAB – Universidade Aberta do Brasil, dentre os quais foram levantados: o fato de o professor, ao exercer a função hoje denominada tutor, receber uma remuneração ínfima em relação à remuneração de professores que exercem a docência na mesma instituição pública; o fato de receber uma bolsa (e não salário), sem nenhum direito trabalhista; e a transitoriedade e instabilidade de sua atuação, sem vinculação com a instituição. Em função desses problemas, consideramos que os professores devem ter voz ativa na reelaboração de novos modelos de EaD para o país.

É importante ressaltar que a proletarização do trabalho docente na EaD não ocorre apenas no ambiente acadêmico, mas também no ambiente corporativo e em cursos livres, por exemplo.

Ressaltamos também a necessidade e importância da formação permanente e adequada para a docência, em todos os níveis e modalidades.

Consideramos ainda que a docência em todos os âmbitos já está regulamentada como profissão de professor, por isso é essencial a participação de sindicatos e outras entidades representativas de professores nesta mobilização.

Sugerimos também uma discussão aprofundada sobre a remuneração do professor e a limitação do número de alunos em turmas de EaD.

Segue uma agenda provisória para as discussões sobre a função do docente em EaD durante o ano de 2011:

11 a 21/06 – Jovaed – Jornada Virtual ABED de Educação a Distância, que partirá da Carta de João Pessoa com debates em diversas ferramentas, contando com a participação de professores de todo o Brasil.

18 e 19/06 – Seminário Nacional de Educação Superior, que será realizado em São Paulo, organizado pela Contee – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino, e deve dar andamento ao debate e ao posicionamento dos professores expressos na Carta de Campinas, elaborada durante o Encontro Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do Estado de São Paulo, realizado em 01 e 02 de Abril de 2011.

2º semestre/2011 – 1º Seminário Nacional do Direito na EaD, que contará com participação de representantes da OAB, Sinpro, Assembleia Legislativa e Ministério do Trabalho de Minas Gerais, dentre outras entidades, e também debaterá o tema.

30/08 a 02/09 – 17º CIAED – Congresso Internacional ABED de Educação a Distância – quando a ABED pretende entregar este documento (reelaborado durante a Jovaed) a representantes convidados do Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Poder Legislativo (Câmara e Senado), Conselho Nacional da Educação e outras instituições.

11/2011 – Dia Nacional da EaD, em que a ABED pretende debater as conquistas e os posicionamentos por parte das autoridades, avaliando o movimento durante o ano e traçando planos para 2012.

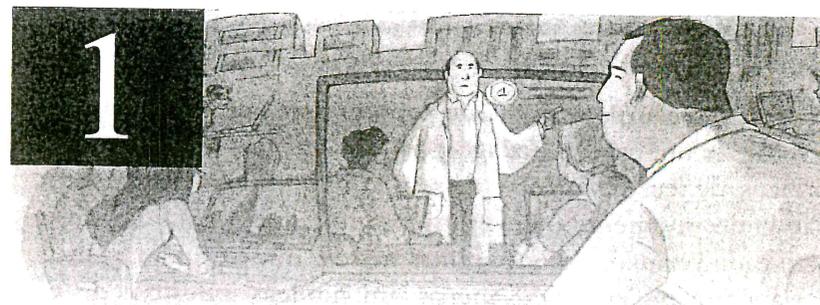
Conclamamos todos os professores a incluírem o tema na pauta de discussões de outros eventos durante o ano, para ampliarmos nossa agenda e caminharmos juntos nos debates, na elaboração de documentos, no posicionamento e nas cobranças. Nesse sentido, este documento pode ser reproduzido livremente.

João Pessoa, 29 de Abril de 2011

Fonte: 8ª Senaed – Seminário Nacional ABED de Educação a Distância, João Pessoa, Abril, 2011.

Cabe registrar que encontros de professores e tutores em EaD já haviam sido realizados em anos anteriores, em eventos da ABED, coordenados por Wilson Azevedo e Enilton Rocha. Além disso, no Encontro Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do Estado de São Paulo, realizado em 1º e 2 de abril de 2011, em Campinas, o tema foi bastante debatido, e, em agosto de 2011, o Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) deve realizar um seminário no qual um dos temas principais será a questão do tutor na EaD. Outras entidades representativas de professores, como o Sinpro-MG e o Sinpro-RS, têm promovido discussões e cobrado posições das autoridades sobre a questão. Esperamos, assim, que o movimento incorpe novas iniciativas nos próximos meses e anos.

No restante deste livro, você lerá a palavra professor referindo-se à atuação dos tutores em EaD. O livro, portanto, parte do princípio de que tutor é professor.



## Do Fordismo ao Conectivismo: Modelos de EaD

*o modelo da escola vai valer o trabalho do professor.*

A definição dos contornos do trabalho do professor em Educação a Distância (EaD) depende diretamente do modelo adotado. Modelos mais rígidos acabam limitando de tal maneira o trabalho do professor que ele se transforma em um mero emissor de mensagens motivacionais (com um cronograma já traçado), o que suscita questionar se isso deve ser considerado trabalho docente. Esse tutor-robô não é um professor. De outro lado, modelos mais flexíveis permitem um trabalho docente criativo e construtivo em EaD.

Boa parte dos modelos utilizados no Brasil tende para a rigidez. Bruno e Lemgruber (2009) chamam a atenção para o fato de que os próprios “Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância”, afirmam que a principal atribuição do tutor é o esclarecimento de dúvidas, o que nos remete a um modelo conteudista, em que a “aula” é dada pelo conteúdo, e o aluno tem que se virar sozinho, ou com o mínimo suporte e interação. O mesmo será notado em vários outros documentos e práticas de EaD no Brasil. Para muitos, a UAB teria nos últimos anos contribuído intensamente para consolidar esse paradigma.